

NEGÓCIOS INICIATIVAS PRÉMIO EXCELLENS OECONOMIA

A regulação está mais estruturada

Para José Manuel Bernardo, o facto de a regulação estar mais estruturada acrescentou credibilidade à profissão. O líder da PwC refere ainda que esta cresceu 30% entre 2015 e 2019 e que este ano o negócio de auditoria vai crescer 20%.

FILIPE S. FERNANDES

Em 2017/2018 a PwC faturou 118 milhões de euros, e deverá voltar a crescer no ano fiscal que termina em junho de 2019, que marca o fim do mandato de quatro anos de José Manuel Bernardo, que vai ser substituído por António Brochado Correia. “O balanço que faço é bastante positivo. Estou muito satisfeito com o que foi feito, e com a forma como o ano de 2018/2019 está a correr”, sublinhou o presidente da PwC Portugal, que opera em Portugal, Angola e Cabo Verde.

No lançamento da 7ª edição do Prémio Excellens Oeconomia José Manuel Bernardo considerou que esta iniciativa é “um marco interessante junto da opinião pública e, por outro lado, é quase uma forma de registo do bom trabalho que se faz em Portugal em muitas áreas, é o reconhecimento público e divulgação do trabalho de empresas, empresários e outras instituições relevantes para o País”. Acrescentou que “o prémio Excellens Oeconomia é uma iniciativa de referência e que marca o trabalho que é feito pelas empresas portuguesas. Foi uma iniciativa bem pensada e que tem sido um grande sucesso, tanto para a PwC como para o Jornal de Negócios, parceiros na iniciativa”.

Em termos de mercado como foi 2018 para a PwC, tanto em

auditoria como em consultoria e que balanço é que faz?

A empresa vai apresentar em junho de 2019 um crescimento superior a 30% em relação a junho de 2015, o que considero muito bom. Temos feito um investimento muito significativo no desenvolvimento de competências, de outros serviços e, no fundo, estamos a recolher agora os frutos desse investimento.

E tudo isto foi feito numa conjuntura económica relativamente desfavorável, não só em Portugal mas também em Angola e Cabo Verde. A economia angolana, que é um dos nossos principais mercados, e que representa 25% do nos-

so negócio, atravessou grandes dificuldades por causa da sua dependência dos preços do petróleo, com a economia em contração. Em Portugal, o crescimento económico tem sido fraco nos últimos anos, por isso considero que a performance da PwC foi muito boa.

Tanto na auditoria como na consultoria?

A área com mais crescimento este ano é a de auditoria, o que é significativo, tendo em conta que é um mercado maduro e o País não está a crescer de forma estonteante. Há ainda o efeito da rotação de auditores, e nós tínhamos uma quota de mercado significativa, mas mesmo assim, a esta data e face a anos anteriores, estamos com cerca de 20% de crescimento, que tem sido obtido à base de outros serviços de assurance, e não tanto pela certificação legal de contas. São serviços que cabem no âmbito da auditoria e têm tido um crescimento significativo.

A área de auditoria está estabilizada?

A auditoria está a evoluir. Fizemos uma aposta muito grande em tecnologias de ponta, que são menos habituais na auditoria. Nos últimos dois anos, fizemos um grande reforço das competências na área de management consulting. Temos uma prática que trabalha com a tecnologia Outsystems, que é uma referência na network PwC e que trabalha sobretudo para fora do País. Temos vindo a expandir essa equipa porque a procura de serviço é muito grande. A prática de sales force também é relevante em termos de organização, com



José Manuel Bernardo diz que houve uma grande evolução no processo de regulação.

umas dezenas de pessoas a trabalhar nesta área, sobretudo para os mercados externos.

Desenvolvemos a área de back-office transformation, para ganhos de eficiência em termos de processos das empresas. Tem sido este o grande enfoque nos últimos dois anos. Nesta área alargamos o espectro de clientes e os negócios estão a evoluir muito bem.

Considera que os níveis de confiança na auditoria estão repostos, há um outro olhar sobre o papel da auditoria?

Houve uma evolução e por diversas razões. Houve uma grande evolução no processo de regulação, que hoje é mais estruturada em relação ao que era há cinco anos, o que acrescenta credibilidade à profissão. Tem acrescentado confiança e, para todos operarmos de forma satisfatória e podermos evoluir, é importante que o

quadro regulatório e o seu enforcement sejam robustos porque só assim se acrescenta credibilidade e o nosso trabalho é visto pelo mercado como um valor acrescentado. Obviamente que há arestas para limar a nível da implementação das normas em Portugal.

Quais são as arestas para limar?

Há algumas questões em que é importante clarificar porque a forma como foram implementadas, na verdade, não acrescentam confiança no trabalho do auditor e, por outro lado, criam algumas entropias. Designadamente na distinção do que são serviços de auditoria e serviços permitidos, que não são serviços de auditoria. Por exemplo, quando é necessário fazer uma emissão de títulos para o mercado é necessária uma comfort letter, que é emitida pelos auditores, porque é uma con-

O prémio Excellens Oeconomia é uma iniciativa de referência e que marca o trabalho que é feito pelas empresas portuguesas.

Uma iniciativa do Negócios em parceria com a PwC



DR

As práticas de financiamento mudaram

O sistema financeiro está mais robusto embora existam algumas dificuldades no financiamento à economia portuguesa. Mas a grande mudança deu-se nas práticas de gestão de risco.

Cinco anos depois da saída do programa da troika, “continua a haver algumas dificuldades no financiamento à economia portuguesa”, admite José Manuel Bernardo. Mas considera que o sistema financeiro está muito mais robusto do que estava há cinco anos, apesar dos eventos à volta do Montepio Geral, do Novo Banco e dos devedores da CGD.

José Manuel Bernardo sublinha que o processo decisório a nível dos financiamentos mudou neste período com a evolução do ambiente regulatório e da análise da gestão de risco. “As práticas de gestão de risco mudaram. No passado, os financiamentos eram avaliados tendo em conta sobretudo os colaterais que os clientes apresentavam, em vez de business plans robustos, que fossem perceptíveis para quem os analisa”, recorda.

Hoje em dia, quando se olha para um financiamento, numa perspetiva de análise de risco já não se pensa unicamente no colateral, olha-se para o que é o projeto, quais os fundos que liberta, qual o seu nível de sustentabilidade. Por isso José Manuel Bernardo considera que “as empresas também precisam de fazer um caminho no sentido de serem capazes de mostrar aos

bancos projetos credíveis, com capacidade de autofinanciamento a níveis aceitáveis, rácios de dívida razoáveis, e libertação de cash flows suficientes para o serviço da dívida. Tem de haver uma evolução na prática de gestão das empresas e a credibilização da informação, como as demonstrações financeiras que as empresas fornecem”.

José Manuel Bernardo é de opinião de que Portugal tem sabido aproveitar “as condições que temos e aquilo que sabemos fazer”. Mas tem de fazer mais. É importante a promoção de Portugal como um destino de empresas que queiram ter pesquisa, desenvolvimento e serviços partilhados, porque temos boas condições para isso, pois temos jovens bem preparados.

Considera que se tem de fazer uma aposta muito grande fora do Porto e de Lisboa, até porque há universidades fora destes centros que produzem bons técnicos. “Hoje, no litoral, é difícil a vida para os jovens, os custos do imobiliário são elevados, por isso temos de criar incentivos para criar emprego perto dessas universidades e levar as empresas para esses sítios, em vez de ficarem no litoral”, sugere José Manuel Bernardo. ■



formidade que o mercado exige e não há nenhuma emissão sem a comfort letter, mas não é reconhecida pelo regulador como um serviço de auditoria. Tendo em conta o nível de responsabilidade e de exigência que implica, os valores envolvidos não são baixos e, como se tem um limite

para o valor dos serviços que não são auditoria, cria certas dificuldades.

Valeria a pena repensar as questões associadas às comfort letters relacionadas com a emissão de títulos, bem como a classificação das revisões limitadas, que podem ser trimestrais e se-

mestrais. Estas, quando existem são publicadas, circulam pelo mercado, dão conforto aos investidores, por isso não faz sentido criar limitações a este tipo de documentos, que no fundo responsabilizam os auditores que as fazem e aumentam a confiança no mercado. ■



Vamos continuar a premiar as Empresas e Personalidades que, como os conquistadores, são capazes de navegar contra o vento.



negócios



excellens.negocios.pt